



COMITÊ DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO

# TEMAS 15

*ESTADOS UNIDOS*

HOLLYWOOD



**TEMAS**  
SIMULAÇÕES TEMÁTICAS

BRUNA BENTES  
ÍCARO BELÉM  
THAIS PACHECO  
LUDMILA SILVA  
FERNANDA GUIMARÃES

REVISÃO:  
FERNANDA GUIMARÃES

DIAGRAMAÇÃO:  
EDUARDO MACHADO  
NICOLLY CAMPOS

ARTE:  
MARINA SOUTO



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2
1.1.O papel da Imprensa nas Simulações	2
2. HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO JORNALISMO	4
2.1. Primeira fase: A origem do jornalismo (1789-1830)	4
2.2. Segunda Fase: Profissionalização (1830-1875)	6
2.3. Terceira Fase: Imprensa de Massa (1875-1970)	7
2.4. Quarta Fase: Tecnologia (1970-atualidade)	8
3. O TEXTO JORNALÍSTICO E SUA LINGUAGEM	10
4. A COBERTURA EM UMA SIMULAÇÃO	12
4.1. Coletiva de Imprensa	12
5. POSICIONAMENTO DOS JORNAIS	13
5.1. Al Jazeera	13
5.2. BBC - British Broadcasting Corporation	14
5.3. CNN - Cable News Network	15
5.4. Fox News	16
5.5. Le Monde	17
5.6. Washington Post	18
6. RELATÓRIOS DOS DEMAIS COMITÊS	20
6.1. Comitês Domésticos	20
6.1.1. <i>Gabinete Presidencial</i>	20
6.1.2. <i>Senado dos Estados Unidos</i>	21
6.1.3. <i>Suprema Corte do Estados Unidos da América (SCOTUS)</i>	26
6.2. Comitês Internacionais	31
6.2.1. <i>Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC)</i>	31
6.2.2. <i>United Nations Security Council (UNSC)</i>	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

## 1. INTRODUÇÃO

O presente material apresenta como objetivo fornecer as informações mais relevantes para a preparação dos delegados que irão representar diversos veículos jornalísticos do Comitê de Imprensa e Comunicação do TEMAS 15 - Estados Unidos.

A primeira parte do Guia de Estudos apresenta uma breve explicação da importância da Imprensa nos Modelos das Nações Unidas, comumente conhecidos como Simulações, e como a experiência de um jornalista pode influenciar as dinâmicas do evento como um todo. Em seguida, será apresentada uma contextualização a respeito da evolução histórica do jornalismo, apresentando como a mídia é reflexo das dinâmicas sociais e, constantemente, se adapta para se adequar às demandas da sociedade. Por fim, o material irá apresentar informações mais práticas que dizem respeito ao comitê, com dicas para a produção de textos ser mais coerente e com qualidade, respeitando a verossimilhança em relação aos veículos jornalísticos e seu funcionamento na realidade.

### 1.1.O papel da Imprensa nas Simulações

O Modelo das Nações Unidas, também conhecido como Simulação, tem como objetivo principal proporcionar aos envolvidos, em um comitê, um ambiente verossímil com a realidade vivida pelos profissionais da área política ou jurídica. Desde órgãos da Organização das Nações Unidas, organismos internacionais diversos, Cortes Internacionais ou regionais, e até o Parlamento de um país específico, a realidade é aplicada de forma simulada para aprimorar a habilidade de discutir e de negociar, engrandecer o pensamento crítico e estimular o conhecimento sobre determinado assunto. Para os indivíduos envolvidos no Comitê de Imprensa e Comunicação - CIC, não é diferente.

Sendo a “voz do povo” e, ao mesmo tempo, o “quarto poder” na prática, a Imprensa, nas simulações, apresenta um papel fundamental na transmissão dos fatos ocorridos, nos demais comitês, aos participantes do evento e, também, na influência do percurso que as discussões poder demonstrar posteriormente. O CIC

busca proporcionar, aos envolvidos com o comitê e aos consumidores dos materiais produzidos, uma experiência similar à existente na realidade, no que tange o contato da sociedade com os veículos de imprensa.

De um ponto de vista interno, o CIC escolhe veículos jornalísticos reais para serem simulados nos dias de evento e seleciona delegados para reproduzir e transmitir, em variados formatos midiáticos, o posicionamento político, social e econômico do veículo ao qual foi designado perante as sessões realizadas nos demais comitês. A partir disso, a Imprensa consegue promover para seus delegados uma experiência semelhante ao meio jornalístico real, visto que o poder da palavra e a influência da mídia são observados com bastante nitidez diante uma reportagem lançada e a posterior reação dos envolvidos no fato retratado. Além disso, o contato com variadas formas de se produzir um conteúdo são ofertadas e, inclusive, incentivadas pelos diretores do CIC e, por meio dessa oferta, os delegados encontram novas formas de relatar um ocorrido, de aperfeiçoar as habilidades jornalísticas e de ter maior criatividade no processo de produção de conteúdo.

Já do ponto de vista externo, a Imprensa traz, ao ambiente simulado, um melhor acompanhamento dos fatos ocorridos nos comitês, para todos os participantes do evento. É importante ressaltar a necessidade de se investir em mídias para além dos jornais – como vídeos, podcasts, redes sociais, dentre outros – para que a simulação desse organismo se torne o equivalente mais próximo ao real e para que possa proporcionar conteúdos interessantes, variados e versáteis a todos os envolvidos na simulação. Com a variedade de formas de se produzir um conteúdo, os delegados dos demais comitês também são beneficiados, uma vez que a oferta de espaços a serem ocupados nos jornais e a possibilidade de se replicar algum fato do seu próprio ponto de vista são expandidos. Dessa forma, a simulação mais uma vez espelha a realidade de um meio midiático.

É notável, diante o exposto, a importância da Imprensa nos Modelos das Nações Unidas. Há o comprometimento com a produção versátil, com o conteúdo de qualidade e, principalmente, com a verdade dos fatos por parte do Comitê de Imprensa. Assim, o comitê proporciona, aos consumidores de seu conteúdo e aos delegados envolvidos na produção midiática na figura de jornalistas, uma experiência análoga à realidade, ao mesmo tempo, prazerosa.

## 2. HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO JORNALISMO

A presente seção fornece uma visão acerca da evolução da atividade jornalística desde seu surgimento até dias atuais. O histórico estabelecido, neste material de estudos, baseia-se na concepção de **Ciro Marcondes Filho (2000)**, jornalista e sociólogo, que faz uma leitura da progressão do jornalismo fragmentando o histórico analisado em quatro fases. É importante, para o delegado de imprensa, compreender as alterações perceptíveis no jornalismo ao longo dos períodos para poder aguçar seu senso crítico, entendendo como a comunicação se adapta às diferentes mudanças e características demonstradas pela sociedade ao longo do tempo.

### 2.1. Primeira fase: A origem do jornalismo (1789-1830)

**Ciro Marcondes Filho (2000)**, afirma que o jornalismo é o reflexo da sociedade moderna. Para o autor, enquanto a modernidade econômica criou o empreendedor burguês e a modernidade política trouxe a vitória às democracias republicanas, a modernidade dos direitos sociais e humanos originou a figura do jornalista. Assim, como um produto da Revolução Francesa, o jornalismo expandiu-se por meio da democratização do saber, causada pela quebra do poder da Igreja e da Universidade, as quais restringiam o acesso ao conhecimento.

Além de símbolo da quebra do poder monárquico e aristocrático e da desestabilização da hierarquia vigente, a Revolução Francesa tornou-se ícone da conquista do direito à informação. É devido a este evento, também, que surge o conhecimento político, econômico e social, que encontra espaço nas discussões abertas em meio à população na esfera pública inserido em ambientes abertos de discussão democrática, a “infraestrutura para a constituição de opiniões políticas” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 17). Marcondes Filho (2000) aponta que grandes jornais de ampla circulação no período foram criados no mesmo século, entre as datas de 1780 e 1880. Assim, a informação torna-se mercadoria passível de ser vendida, trocada e disseminada pela sociedade.

Enquanto, antes, o conhecimento era de difícil acesso para a grande maioria da população e acessado por poucos privilegiados devido à sua posição socioeconômica, agora, a partir do advento dos jornais de ampla circulação, é, completamente, “despejado” e mais acessível para as diferentes classes sociais. Desse modo, “informação é algo diferente do capital, que pode ficar armazenado [...], ela é, ao invés disso, uma mercadoria altamente perecível, que deve ser consumida rápida e integralmente” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 19).

O autor divide sua linha do tempo em três momentos que marcam a evolução histórica do jornalismo. O primeiro, o jornalismo da Iluminação, surge nesse contexto de euforia em relação ao conhecimento como algo que acaba de ser disponibilizado. No período em questão, ocorre o esclarecimento político e ideológico e tem-se, como uma das principais características, a exposição de assuntos e temáticas que outrora eram deliberadamente impedidos de serem conhecidos pelo grande público, sobretudo camadas mais populares da sociedade. Se antes o controle da informação funcionava como ferramenta de dominação por parte das elites e tornava possível a submissão de outros segmentos sociais, com o derrocamento desse poder, o processo se inverte. Na época burguesa, tudo é exposto.. É o que Ciro Marcondes chama de “colapso do monopólio do segredo” (MARCONDES FILHO, 2000, p.12). Nessa época, o jornalismo tem “fins pedagógicos e de formação política” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 12) e é forte o jornalismo político-literário, no qual as páginas dos jornais são plataformas de todas as ideias, bem como a imprensa partidária, cujos jornalistas eram políticos e a imprensa, seu porta-voz. É importante refletir sobre o papel desse fenômeno em relação aos direitos humanos, já que

“no jornalismo, a exposição, depois a superexposição de pessoas, fatos, acontecimentos, provoca um processo social de 'queima' do fato, na medida em que as notícias excessivamente veiculadas tornam-se inócuas, não provocam mais nenhum efeito, conduzem ao seu total esquecimento. O excesso é a forma mais eficiente de extermínio da coisa e de seu total apagamento da memória” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 21).

Esse período é também marcado pela profissionalização do jornalismo. Ocorre, então, a separação da redação como setor específico, o diretor é diferenciado do editor e são impostos o artigo de fundo e a autonomia redacional. Assim, “[...]”

com o tempo, o jornalismo vai deixando de ser um instrumento dos políticos para ser uma força política autônoma” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 12).

Dessa maneira, os primeiros jornais levavam, ao leitor, o espetacular, conhecendo as dinâmicas de uma realidade até então inacessível, por meio das notícias sobre reis e imperadores, sobre fatos extraordinários, entre outros. O jornalismo dessa época não funciona no sentido existente hoje, “a empresa era como o correio e o homem que fazia o jornal, seu carteiro: o intermediário entre aquele que vê que toma conhecimento, e aquele a quem interessa essa informação” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 16). Além disso, atendiam a alguns núcleos de poder econômico e financeiro do mercantilismo.

O autor ainda retrata “o mito da transparência como filho direto da filosofia das luzes” (MARCONDES FILHO, 2000, p.19), já que, a partir de então, ao invés de conhecimento individual, a ciência deve ser coletiva. Dessa forma, seria indispensável, em conformidade com a descrição do primeiro jornalismo, o esclarecimento de tudo que fosse obscuro. É a partir dessa conjuntura que nasce o mito da transparência, que procura controlar e administrar tudo de forma que nada fique fora de seu alcance.

## **2.2. Segunda Fase: Profissionalização (1830-1875)**

Até 1830, era comum um só jornalista acumular as funções de editor, repórter, gerente e impressor, pois, naquela época, as empresas jornalísticas não estavam bem estabelecidas nem soldadas ao lucro. A maioria dos editores andava seguindo as regras de seus mestres políticos, comerciantes, corretores e candidatos a cargos públicos. A partir da segunda fase do jornalismo, proposta por Marcondes Filho (2000), houve o início da profissionalização da imprensa.

Os marcos desta nova fase, de acordo com Marcondes Filho (2000) foram o New York Sun, de 1833, New York Herald, de 1835, e o La Presse de Paris, lançado em 1836. Nesse momento, surgiu o ideal da objetividade jornalística, em que há a necessidade de se separar os fatos das opiniões.

Com isso, a empresa capitalista se firma diante o mercado, buscando o apartidarismo na



imparcialidade, sem afastar anunciantes. Mais do que informações políticas, agora os jornais traziam notícias sobre o cotidiano, ampliando seu público. A variedade de assuntos abordados trouxe a necessidade de utilização racional do espaço disponível em cada folha, criando-se títulos na primeira página, fazendo com que esta se transformasse em peça mercadológica quando os jornais adotaram a venda avulsa (MARCONDES FILHO, 2000).

A técnica *lead*, em que o primeiro parágrafo da notícia traz os principais aspectos respondendo as perguntas de o quê, quando, aonde, por que e como, surgiu para atrair um público pouco alfabetizado. A técnica em questão foi empregada para aproximar o leitor de sua vivência cotidiana, o que facilitava na compreensão dos fatos. Todas as estratégias atraíram um público e permitiram que os jornais se ampliassem como grandes empresas capitalistas, atraindo cada vez mais anunciantes. A figura do repórter cresceu e ganhou relevância, e os jornais conseguiram número suficiente de leitores para se tornarem independentes de subsídios políticos (MARCONDES FILHO, 2000).

### 2.3. Terceira Fase: Imprensa de Massa (1875-1970)

O perfil do jornalismo muda mais uma vez a partir da inovação tecnológica na segunda metade do século XIX. “A transformação tecnológica [...] irá transformar uma atividade praticamente livre de pensar e de fazer política em uma operação que precisará vender muito para se autofinanciar” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 13). É nessa época que se formam os monopólios midiáticos, que os pequenos jornais vão desaparecendo rapidamente, de modo que o processo vender notícia passou a ser tratado um negócio.

Nesse processo, conseqüentemente, todas as relações dos meios jornalísticos mudam. Jaenick diz que, na época, “grande quantidade de escritores é puramente rebaixada a servidores, criados, ‘ajudantes de mercado’; o jornalismo cai numa nova dependência a olhos vistos. Uma nova tirania começa a se formar junto ao poder financeiro e à autoridade pública, que dividem entre si o jornalismo” (JAENICK *apud* MARCONDES FILHO, 2000, p. 15). É por volta de 1985 que a imprensa se impõe plenamente como um negócio, um mercado, sofrível de todas as variações, assim como qualquer mercadoria.

A principal mudança nesse momento é que gradativamente o jornal vai se tornando um grande anúncio publicitário camuflado por notícias. O principal, agora, é vender jornais, e não informar a população por meio de notícias e, como o mundo da imprensa esteve atrelado ao da publicidade, notícias passam a ser o vetor de propagandas. O perfil “neutro”, a busca pelo “furo”, o caráter de atualidade são mantidos por essa imprensa uma vez que o objetivo é atingir o maior público possível, a imprensa de massa, cujo objetivo é entreter seu público mais do que informar.

#### **2.4. Quarta Fase: Tecnologia (1970-atualidade)**

As mudanças na imprensa mais recentes, conforme apresentadas por Marcondes Filho (2000) referem-se aos avanços da tecnologia e suas consequências na forma de distribuir informação. É a partir do surgimento da internet, a qual teve sua difusão massiva a partir da década de 1980, que hoje é possível comunicar, noticiar e interagir com pessoas apesar das longas distâncias. A velocidade é um dos principais fatores responsáveis por essa evolução, já que uma carta demorava, em média, de uma a três semanas para chegar a seu destinatário, mas, atualmente, com a internet, um e-mail pode ser enviado e recebido instantaneamente. Assim, com a velocidade sendo incorporada na disseminação de fatos e informações, a contemporaneidade está habituada ao imediatismo facilidade na comunicação.

Uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) afirmou que aproximadamente 45% da população mundial está conectada à internet. Diante desse fato, o acesso a informação ficou mais rápido e fácil, o que chamou atenção de grandes empresas, visto que as propagandas, que antes dominavam as televisões, agora teriam outro meio para incentivar o consumo (BUCCO, 2016).

O aumento do poder de compra e a praticidade na compra, alavancaram aquisições no século XXI, já que, em contextos atuais, não é mais preciso sair de casa para comprar um determinado produto, basta possuir um celular conectado à internet e um cartão de crédito. Uislávio Evangelista cita em sua resenha referente ao livro de Marcondes Filho que “a televisão e a mais nova mídia Internet [...] fazem com que a informação ganhe uma nova roupagem na transmissão

televisiva, assumindo uma postura simples e mastigada, dinâmica imagética, apelando para fatores emotivos e de sedução” (EVANGELISTA *apud* MARCONDES FILHO, 2000). Dessa forma, a facilidade de emitir e receber informações mudou completamente o cenário jornalístico. O foco não está mais apenas nos fatos, mas, sim, em como atrair a atenção do leitor.

Na atualidade, um debate muito em voga a respeito da comunicação a partir do uso de mídias sociais e Internet é pautado no fenômeno conhecido como *fake news*, ou seja, a disseminação generalizada de notícias falsas a acerca dos mais variados assuntos e temáticas. Nesse sentido, o fenômeno das *fake news* pode ser considerado como o resultado lógico da combinação de uma série de fatores, como

“ o crescente imediatismo do ciclo de notícias; a rápida circulação de desinformação através de conteúdo gerado pelos usuários da Internet e propagandistas; a natureza cada vez mais carregada de emoções do discurso on-line; e o crescente número de pessoas que capitalizam financeiramente por meio de algoritmos usados por plataformas de mídia social e mecanismos de busca na Internet” (BAKIR; MCSTAY, 2018)

As *fake news* representam uma questão problemática para toda a sociedade por produzir efeitos nocivos nas dinâmicas de comunicação e disseminação de informações. Assim, as *fake news* produzem uma rede de comunicação pautada em fatos distorcidos e mal intencionados, com o intuito de manipular grandes contingentes de pessoas ou grupos específicos. É possível afirmar que as *fake news* não condizem com os princípios fundamentais e basilares que ordenam a atividade jornalística, pautados na idoneidade, imparcialidade e compromisso com a verdade ao informar e entreter a sociedade (BAKIR; MCSTAY, 2018).

É possível constatar, portanto, que a evolução do jornalismo foi permeada de mudanças que refletiam as alterações nos contextos político, social, econômico e cultural da sociedade. Os veículos jornalísticos estão em constante adaptação, se aprimorando para apresentar a melhor adequação possível no que tange a forma como a sociedade lida com a comunicação e a disseminação de informações.

### 3. O TEXTO JORNALÍSTICO E SUA LINGUAGEM

A presente seção apresenta como objetivo passar, ao delegado do Comitê de Imprensa e Comunicação, os aspectos mais relevantes para se ter em mente, no tocante à produção do texto jornalístico, de modo que servirá de orientação para a produção dos materiais que serão circulados no TEMAS 15 - Estados Unidos.

O texto jornalístico apresenta como características principais a leitura clara e a fácil compreensão da mensagem transmitida. É um texto que deve permitir o entendimento de qualquer leitor, bem como deve despertar seu interesse, ou seja, a redação desse gênero textual independe do nível de conhecimento prévio ou da afinidade que o leitor apresenta em relação ao tema retratado.

Assim, considerando estas características basilares, existem diversas estratégias úteis para a redação de um texto jornalístico de qualidade. O material em questão apresenta o objetivo de ser um guia prático que poderá auxiliar o trabalho dos delegados do Comitê de Imprensa e Comunicação para o TEMAS 15 – Estados Unidos.

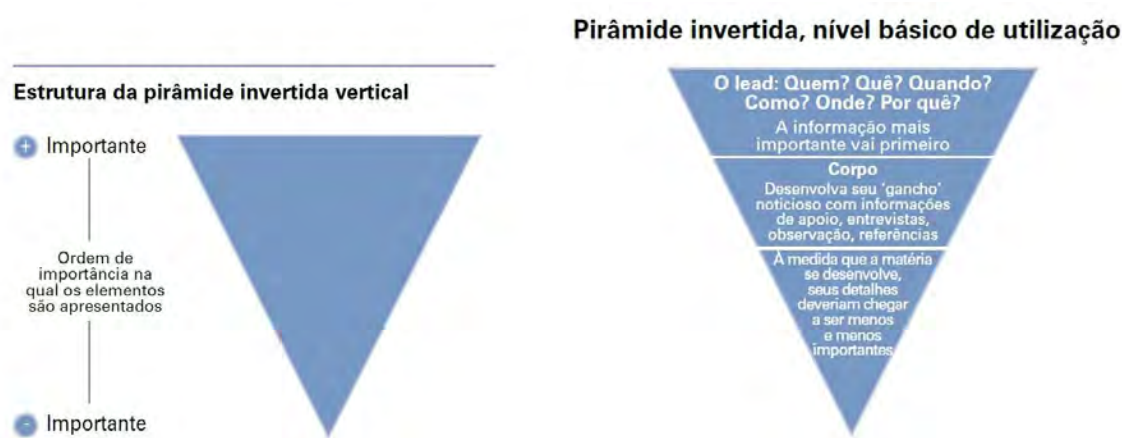
O texto jornalístico deve conter elementos que sejam suficientemente apelativos ao leitor, para poder ser de fácil compreensão e assimilação do conteúdo apresentado. Os elementos constituintes do texto jornalístico são, em essência, o título, as imagens, o esquema de cores, e a diagramação. Na maior parte dos casos, todo o texto é construído para que onde queira que o “leitor esbarre os olhos” consiga, rapidamente, criar um raciocínio e se inteirar do contexto. Em geral, se constrói o texto da seguinte maneira:

1) *Título*: tem a função obrigatória de resumir o lead. Dessa forma, o título deve ser claro, objetivo, conciso e estimulante. A escrita do título deve conter um verbo explícito, na voz ativa, no presente do indicativo e jamais ser iniciado por algarismos.

2) *Lead*: O lead é o primeiro parágrafo de uma matéria. É um resumo da matéria para adiantar ao leitor o que será abordado. O lead clássico contém, nessa ordem, as respostas para as seguintes indagações: Quem?/ O que?/ Onde?/ Por quê?/ Para Que?/ Como?

3) *Subtítulo*: Não é um componente obrigatório, mas é um elemento que pode valorizar o texto jornalístico e aumentar a qualidade do que será publicado. Apresenta a função de especificar o título, a fim de detalhar a temática a ser retratada.

A imagem a seguir ilustra de forma esquematizada os componentes do texto jornalístico em um esquema denominado de “pirâmide invertida”, no qual estão dispostos os elementos apresentados acima em uma escala decrescente de importância para a composição do texto.



“Manual de Redação: ‘Pirâmide Invertida’”

Fonte: Blog “The Playoffs”. Disponível em: <https://www.theplayoffs.com.br/manual-de-redacao-piramide-invertida/>

Acesso em: Abril/2019

## 4. A COBERTURA EM UMA SIMULAÇÃO

Em geral, a cobertura de um jornal voltada para o ambiente de simulações é lúdica. Ou seja, não há uma linha, um estilo de texto, muito menos um estilo de conteúdo formalizados, que, obrigatoriamente, devem ser seguidos pelo delegado. Dessa forma, há a dependência das temáticas abordadas nos comitês, da linha editorial do jornal que cada delegado representa e da organização da imprensa. O objetivo do Comitê de Imprensa e Comunicação é fazer um jornal o mais coeso possível, sempre de acordo com as discussões vivenciadas nos comitês. Diante deste fato, é possível citar algumas recomendações:

1. Fazer uso de linguagem simples e acessível desde que formal, pois não é necessário o emprego de palavras difíceis para se escrever com qualidade;

2. Respeitar as normas de tamanho de texto informadas pelos Diretores de Imprensa;

3. Contextualizar a respeito das temáticas e assuntos discutidos nos comitês, pois, considerando que a cobertura será feita a respeito destas discussões, é necessário saber do que se trata;

4. Saber o posicionamento do veículo a ser representado, sendo importante a leitura prévia de algumas matérias do mesmo antes da simulação. Importante notar que os posicionamentos das linhas jornalísticas que serão simuladas podem ser encontradas posteriormente no presente material;

5. Procurar conciliar o conteúdo escrito da matéria com uma foto de qualidade e coerente.

### 4.1. Coletiva de Imprensa

A coletiva de imprensa ou entrevista coletiva, em uma definição geral, é um evento midiático onde uma assessoria de imprensa convida jornalistas para transmitir-lhes alguma informação, frequentemente abrindo espaço para que estes façam perguntas acerca do assunto.

O agendamento de uma coletiva de imprensa ocorre a partir da necessidade da assessoria oferecer respostas a muitos questionamentos de repórteres e assim poder responder a todos em uma única ocasião. O outro motivo é a tentativa de

atrair a atenção da imprensa para algo que, a princípio, não repercutiu com a devida importância.

O objetivo do Comitê de Imprensa ao promover a coletiva é oferecer uma experiência de troca mútua entre os delegados deste comitê com os demais participantes do TEMAS 15 - Estados Unidos, de modo que dúvidas possam ser sanadas e os delegados possam, de acordo com o veículo jornalístico que representam, se posicionar frente ao contexto de discussões dos outros comitês. É preciso frisar que o posicionamento deve ser feito de maneira fidedigna e que defenda os interesses do delegado de imprensa enquanto representantes de suas respectivas mídias, de forma que as perguntas, o modo de escrita, e os posicionamento sejam respeitados e seguidos à risca.

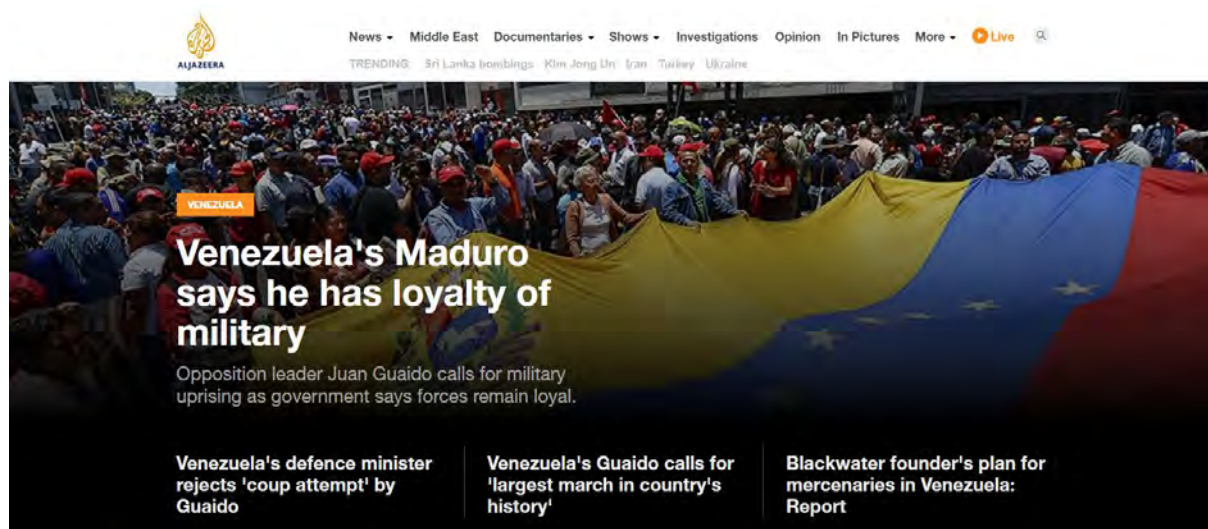
## 5. POSICIONAMENTO DOS JORNAIS

### 5.1. Al Jazeera

Al Jazeera é a primeira experiência em mídia independente no Oriente Médio. Surgiu em 1996, sob o reinado de Hamad bin Khalifa Al Thani, na Arábia Saudita, ao abolir a figura do Ministro de Informação que censurava toda notícia que circulava pelo mundo árabe até então. Assim, se tornou um importante elemento para a difusão de informações na região e também trouxe ao restante do mundo um maior conhecimento das notícias relativas às dinâmicas regionais do Oriente Médio, de modo que contribui para a inserção internacional desta parte do globo (LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2011; SUPER INTERESSANTE, 2007).

A página na internet é muito completa, apresentando uma versão em inglês com matérias sobre vários continentes, além de documentários, shows, artigos de opinião, vídeos, entre outros. O veículo tem uma linguagem jornalística padrão e sustenta um posicionamento bem definidos pela visão Oriental, de um povo falando sobre si mesmo, uma vez que não é censurado. Dessa forma, a análise da identidade ideológica da Al Jazeera e sua linha editorial revela a tendência de exaltação e afirmação da cultura árabe, mesmo levando em consideração a pluralidade de características e especificidades endógenas à própria religião islâmica e diferentes

nacionalidades e identidades culturais que compõem a comunidade árabe mundial (LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2011).



Site Al Jazeera

Fonte: <https://www.aljazeera.com> | Acesso em: Abril/2019

Manchetes-Tradução Livre:

“Maduro da Venezuela diz que tem lealdade dos militares.

O líder da oposição, Juan Guaidó, pede uma revolta militar, enquanto o governo diz que as forças permanecem leais”.

“Ministro da Defesa da Venezuela rejeita 'tentativa de golpe' de Guaidó.”

“Guaidó da Venezuela pede "maior marcha na história do país".”

“Plano para mercenários do fundador da Blackwater na “Venezuela: Reportagem”

## 5.2. BBC - British Broadcasting Corporation

A BBC, British Broadcasting Corporation, é o veículo midiático criado no Reino Unido em 1922 e, atualmente, apresenta uma das melhores reputações em termos de qualidade jornalística a nível global. É considerada uma empresa de comunicação pública, ou seja, trata dos processos de comunicação realizados pela sociedade civil organizada, articulando os interesses do Estado, Governo e Terceiro Setor. O foco do processo está na vida pública, na formação de uma sociedade cidadã e democrática, no interesse em encurtar distâncias sociais, e em ampliar a capacidade analítica individual em prol do coletivo (BBC, 2004).

Os objetivos da BBC, portanto, são expandir os acessos dos produtos midiáticos à população civil por meio de uma linguagem objetiva e temáticas



amplas. A BBC toma como preocupação a adoção de uma produção com imparcialidade, ou seja, almeja promover o debate de opiniões diferentes a respeito de um determinado evento ou fato para que seus telespectadores e leitores sejam capazes de formular suas próprias opiniões. Por fim, a participação da população é de extrema relevância para a BBC, de modo que constantemente são realizadas consultas públicas para constar em suas produções, demonstrando as estatísticas produzidas nas matérias publicadas (BBC, 2004).



Site BBC News

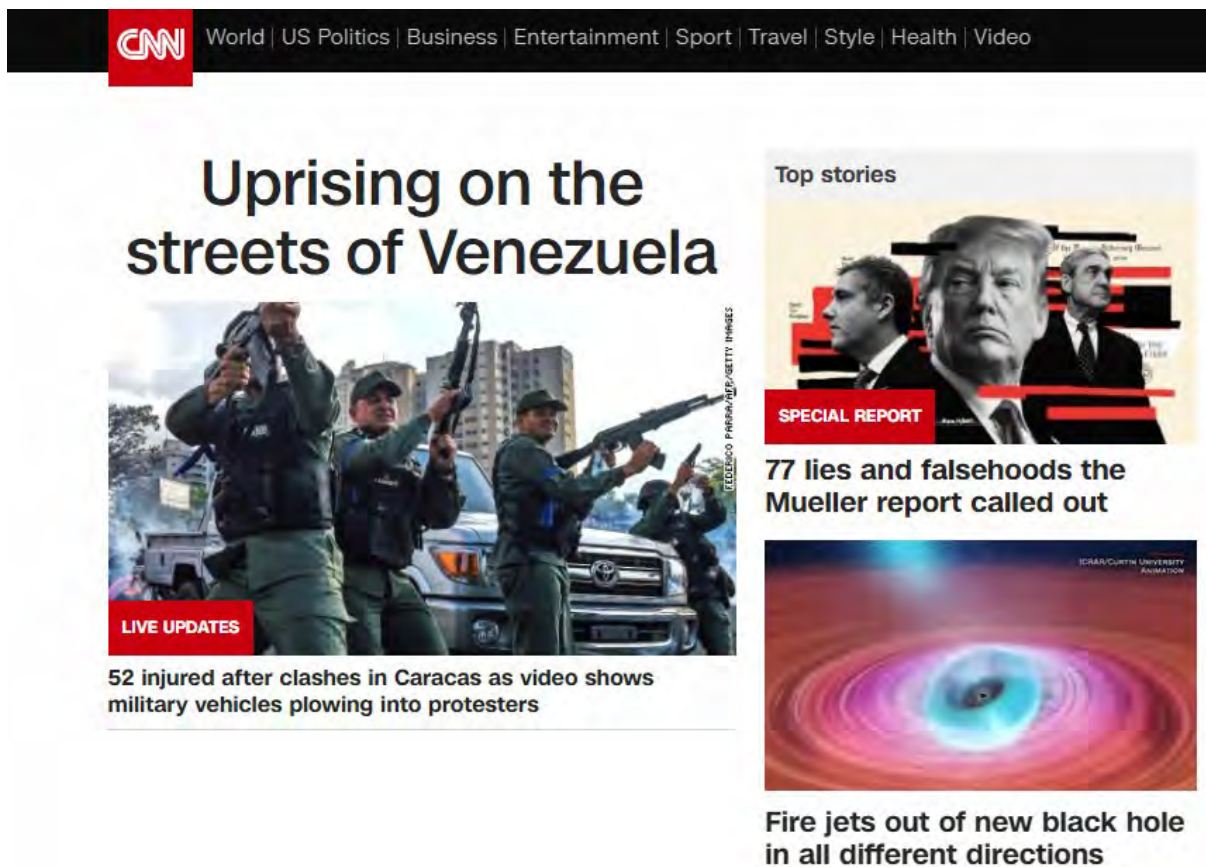
Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese> | Acesso em: Abril/2019

### 5.3. CNN - Cable News Network

A CNN, Cable News Network, é um veículo de notícias dos Estados Unidos fundado em 1980. Foi o primeiro canal a transmitir uma programação 24 horas de exclusividade jornalística. Mesmo depois de 39 anos de existência, se manteve como principal característica a urgência e a rapidez na cobertura, sendo referência internacional em acompanhamento de fatos (CNN, 2005).

A CNN, com linguagem direta e quase polêmica, tem títulos de matéria chamativos e com fotos marcantes. O site do veículo abrange assuntos de variados temas, que vão desde a política nacional aos esportes, viagens, saúde, eventos internacionais e curiosidades. Extremamente atual, a CNN se preocupa em retratar todas as políticas nacionais de forma crítica e comentada. Apresenta

grande voz em redes sociais, se comunicando ativamente por todos os canais midiáticos (CNN, 2005).



**CNN** World | US Politics | Business | Entertainment | Sport | Travel | Style | Health | Video

## Uprising on the streets of Venezuela

**LIVE UPDATES**

52 injured after clashes in Caracas as video shows military vehicles plowing into protesters

**Top stories**

**SPECIAL REPORT**

### 77 lies and falsehoods the Mueller report called out

Fire jets out of new black hole in all different directions

Site CNN

Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese> | Acesso em: Abril/2019

Manchetes-Tradução Livre:

“Revolta nas ruas da Venezuela” - Atualizações ao vivo

“52 feridos após confrontos em Caraca, como mostra o vídeo em que veículos militares ‘arrastam’ manifestantes”

“Principais histórias- Relatório Especial:

77 mentiras e falsidades que o relatório de Mueller anunciou de forma gritante.

Leia a trilha completa das inverdades.”

#### 5.4. Fox News

A Fox News foi a primeira vez ao ar em 1996 nos Estados Unidos. Seu idealizador, Rupert Murdoch, desde o princípio, mostrou suas preferências políticas e a orientação ideológica que permeou o veículo jornalístico, convidando o

ex-republicano Roger Ailes como o CEO fundador (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2017).

É clara a tendência a posicionamentos liberais em suas reportagens, embora o veículo tenha negado as diversas alegações de parcialidade, se afirmando como justo e equilibrado no tratamento das informações e opiniões publicadas. Sendo assim, o objetivo da Fox News é o de promover o partido Republicano e as causas orientadas por uma tendência política conservadora por meio do uso da televisão, rádio e online. Por representar uma das maiores emissoras dos Estados Unidos, a Fox News é fundamental na formação de opinião dos americanos, sendo a mídia que mais se destacou por sua afinidade com o atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2017).



## 5.5. Le Monde

Le Monde é um jornal francês fundado em 1944, logo após o encerramento da Segunda Guerra Mundial, por Hubert Beuve-Méry. O intuito principal para a criação do jornal era de fornecer uma veiculação de opiniões e fatos para o povo francês em oposição ao jornal mais predominante da época, o Le Temps, que alegadamente colaborou com o regime nazista que dominou e ocupou a França durante o conflito. Assim, a criação do Le Monde foi orientada pela necessidade de uma comunicação mais livre e nacionalista (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2017)

O jornal sempre apresentou a intenção de trazer um jornalismo de opinião e não somente de registro. Apresenta uma postura de interpretação cuidadosa dos fatos, aprofundando em seu contexto e promovendo uma notícia reflexiva. É possível afirmar que sua posição política apresenta inclinações ao centro-esquerda, mas, de maneira geral, é notável a imparcialidade e o pensamento crítico (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2017).



**Le Monde**

Se connecter S'abonner

ACTUALITÉS ÉCONOMIE VIDÉOS OPINIONS CULTURE M LE MAG SERVICES

23:47 **Projet d'attentat : quatre hommes mis en examen**

21:16 **Ligue 1: nouvelle défaite du Paris-Saint-Germain**

20:55 **Alerte** **Genèse de l'affaire Benalla : que s'est-il passé dans les travées du Jardin des plantes, le 1er-Mai 2018?**

20:42 **Facebook prend un virage « plus privé »**

19:12 **Marcel Campion s'en prend encore aux élus de Paris** [Voir plus >](#)

**Les autorités vénézuéliennes dénoncent une « tentative de coup d'Etat »**

Des échauffourées entre forces de l'ordre loyalistes et manifestants ont éclaté après que le principal opposant à Maduro, Guaido, a annoncé avoir reçu le soutien d'un

**L'actrice française Anémone est morte**

RÉCIT  
Nicolas Chapuis

**1er-Mai 2018 : récit de la genèse musclée de l'affaire Benalla au Jardin des plantes**

Avant même les violences de la place de la Contrescarpe, le chargé de mission à l'Elysée et son ami Vincent Crase sont sortis de leur rôle d'observateurs des opérations de maintien de l'ordre.

11 min de lecture

**LIVE** **Ligue des champions : l'Ajax Amsterdam bat Tottenham et prend**

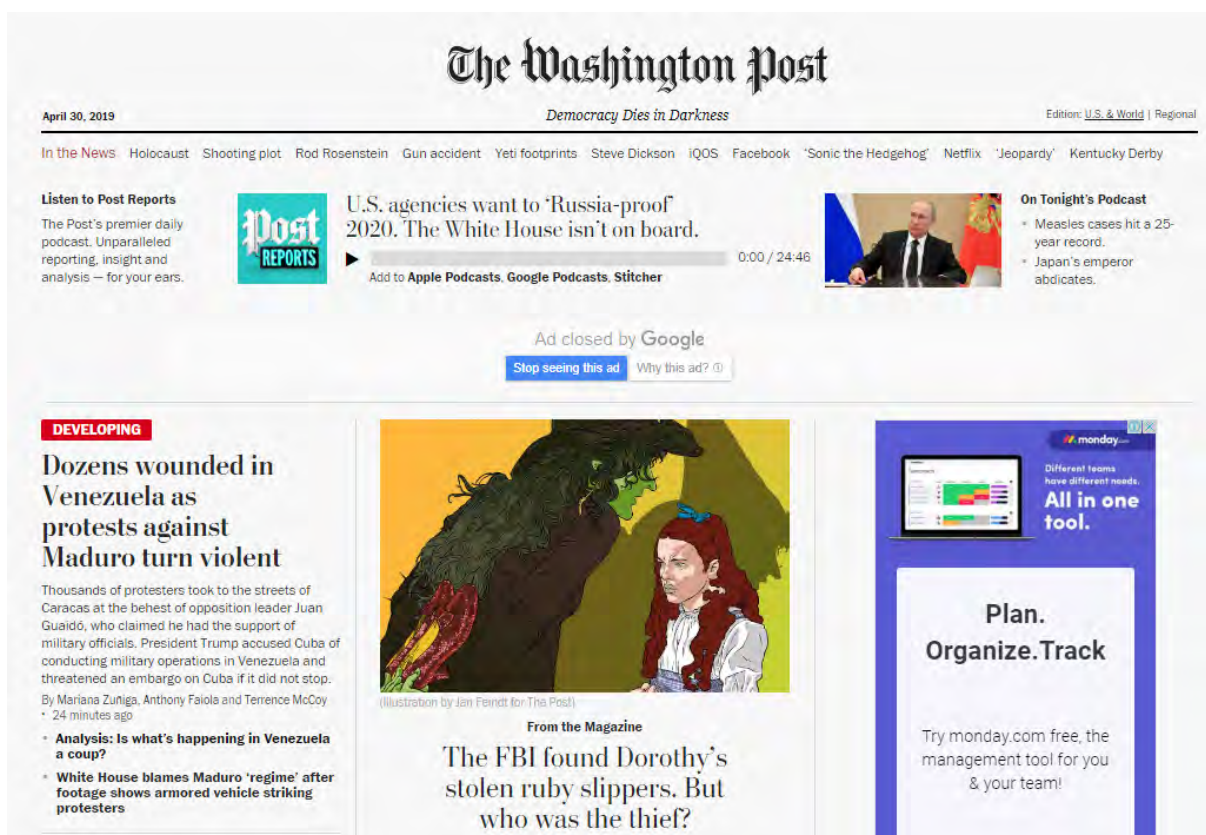
## 5.6. Washington Post

O Washington Post, fundado em 1877 por Stilson Hutchins, é, até hoje, um dos jornais diários estadunidenses de maior circulação. Desde o princípio, um dos principais focos que orientou seu estilo de cobertura é a ênfase nos acontecimentos locais, isto é, narrar fatos sobre a região em que está inserido, a capital de Washington. Além disso, apresenta como objetivo combater o sensacionalismo das notícias de outros jornais, sobretudo no que tange à política, com uma particular ênfase na política nacional (CABE; LUNDBERG, 2014).

Ao longo de sua atuação, o Washington Post se destacou dentre os demais jornais com foco em relatar fatos políticos por sempre trabalhar aspectos relevantes

a respeito das dinâmicas Casa Branca, do Congresso americano e dos outros campos políticos dos Estados Unidos. O jornal pode ser considerado com orientação política voltada para os pensamentos de ordem neo-conservadora, mas, no entanto preza pelo pensamento crítico e relativa imparcialidade. Vale ressaltar que o jornal adotou, historicamente, uma política de não fazer reportagens pautadas na aprovação clara para candidatos políticos específicos. Entretanto, desde o início dos anos 2000, foram publicados alguns endossos, tanto para candidatos democratas, quanto para candidatos republicanos (CABE; LUNDBERG, 2014).

O slogan “A Democracia Morre na Escuridão” foi adotado pelo Washington Post após a ascensão de Donald Trump no meio político e sua posterior posse como presidente. Este movimento é interpretado, por alguns telespectadores e leitores, como um posicionamento favorável à liberdade de expressão e comunicação, em uma tentativa de expressar repúdio às tendências conservadoras que se observam neste novo governo americano (CABE; LUNDBERG, 2014).



**The Washington Post**  
 Democracy Dies in Darkness

April 30, 2019 Edition: U.S. & World | Regional

In the News: Holocaust Shooting plot Rod Rosenstein Gun accident Yeti footprints Steve Dickson IQOS Facebook 'Sonic the Hedgehog' Netflix 'Jeopardy' Kentucky Derby

**Listen to Post Reports**  
 The Post's premier daily podcast. Unparalleled reporting, insight and analysis – for your ears.

**U.S. agencies want to 'Russia-proof' 2020. The White House isn't on board.**

0:00 / 24:46  
 Add to [Apple Podcasts](#), [Google Podcasts](#), [Stitcher](#)

**On Tonight's Podcast**

- Measles cases hit a 25-year record.
- Japan's emperor abdicates.

Ad closed by Google  
[Stop seeing this ad](#) [Why this ad?](#)

**DEVELOPING**

**Dozens wounded in Venezuela as protests against Maduro turn violent**

Thousands of protesters took to the streets of Caracas at the behest of opposition leader Juan Guaidó, who claimed he had the support of military officials. President Trump accused Cuba of conducting military operations in Venezuela and threatened an embargo on Cuba if it did not stop.

By Mariana Zuniga, Anthony Faiola and Terrence McCoy  
 • 24 minutes ago

- **Analysis: Is what's happening in Venezuela a coup?**
- **White House blames Maduro 'regime' after footage shows armored vehicle striking protesters**

**The FBI found Dorothy's stolen ruby slippers. But who was the thief?**

From the Magazine

Try monday.com free, the management tool for you & your team!

## 6. RELATÓRIOS DOS DEMAIS COMITÊS

A presente seção fornece breves relatórios com o objetivo de prover uma contextualização a respeito dos demais comitês, que receberão cobertura jornalística por parte dos delegados do Comitê de Imprensa e Comunicação. É importante se atentar para a compreensão dos temas e tópicos a serem debatidos nestes comitês, bem como suas especificidades e particularidades em termos de dinâmica e funcionamento. Todos os comitês devem receber cobertura jornalística, ressaltando os pontos mais importantes do debate e dando destaque para as questões que estão sendo resolvidas pelos delegados.

### 6.1. Comitês Domésticos

#### 6.1.1. Gabinete Presidencial

O Gabinete Presidencial dos Estados Unidos é um órgão de consulta para o presidente e é composto pelo alto escalão governamental. Seu principal objetivo é aconselhar o chefe de governo para a tomada de decisões oficiais do Poder Executivo. O Gabinete é composto pelo Vice-Presidente e por mais 15 chefes de diferentes departamentos executivos. Todos os membros do Gabinete são nomeados pelo Presidente e podem ser demitidos a qualquer instante.

Neste comitê, os delegados possuem grande liberdade de ação e de tomada de decisão podendo, a todo momento, influenciar diretamente nas crises que irão surgir constantemente no Gabinete. Além disso, eles têm liberdade para mudar certas diretrizes do governo Trump, desde que haja certo consenso e aprovação do presidente. Todas as ações devem ser pensadas de forma a buscar cada vez mais apoio popular como forma de garantir a consolidação do poder do presidente para as próximas eleições presidenciais.

A primeira crise do comitê, que já será em seu início, vai ser no contexto do estado de emergência nacional que o presidente Trump declarou no dia 15 de fevereiro de 2019. O ato do governante foi feito buscando recursos para a construção de um muro com a fronteira do México. A medida foi tomada, porque o projeto para a construção foi barrado no Congresso, já que tanto os democratas quanto os republicanos concordaram em excluir a proposta da lei orçamentária. Para justificar o estado de emergência nacional, o presidente disse que há uma crise de imigração e de entrada de drogas no país. Para muitos críticos, entretanto, a justificativa não é válida e é apenas uma demonstração por parte de Trump de seu poder contra o Congresso. Afinal, a partir do momento em que se declara uma emergência nacional, o chefe do executivo recebe poderes especiais e temporários

para enfrentar a suposta ameaça que atinge o país. Em um clima de normalidade, não é possível desviar nenhum dinheiro do tesouro sem aprovação do Congresso, entretanto, na emergência nacional, o presidente pode se desviar dessa regra (EL PAÍS, 2019).

Quanto a relação entre os delegados e a imprensa, o comitê, por ser um Gabinete Presidencial que toma inúmeras decisões secretas e importantes para a condução do país, será fechado para a imprensa. Apesar disso, pretende-se ter ainda uma grande relação entre os dois. Essa relação deverá acontecer principalmente a partir do delegado que estará com a representação de Porta Voz da Casa Branca, ele terá a função de emitir relatórios para imprensa e tornar públicas as principais decisões do Gabinete, defendendo as visões governamentais frente a imprensa. Outra forma que a imprensa e o comitê irão se relacionar será por meio de entrevistas individuais com os delegados ou com a convocação de coletivas de imprensa em que será possível responder perguntas específicas dos jornalistas.

### 6.1.2. Senado dos Estados Unidos

- Escopo e funções do Senado dos Estados Unidos
- Tópico B: A crise migratória nos Estados Unidos
- Tópico C: Nomeação de Brett Kavanaugh para a Suprema Corte

#### Escopo e funções do Senado dos Estados Unidos

A Constituição Americana foi escrita em 1787, na Convenção da Filadélfia. Estavam presentes 55 delegados, que debateram questões importantes para a época, além do debate sobre o papel do governo central frente aos estados, debate esse que ainda permeia as discussões políticas atuais. Nesse contexto, surge o conceito de federalismo na Constituição, relacionado com a divisão de competências entre o governo federal e os estados. Esse documento contém 7 artigos sobre a organização do Estado e 27 emendas, das quais as dez primeiras são conhecidas como Declaração de Direitos (*Bill of Rights*) por consagrarem direitos fundamentais e limitarem o poder estatal frente aos indivíduos. Ainda, estabelece a divisão dos poderes em Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário, e um sistema de freios e contrapesos (*check and balances*), de controle recíproco entre as partes de modo a evitar abusos de poder de alguma dessas esferas. Os

poderes que não delegados ao governo federal pertencem aos estados da federação ou ao povo, em decorrência da natureza taxativa da Constituição.

O Congresso Nacional representa o Poder Legislativo e é um importante braço da política norte-americana. É representado pela Câmara dos Representantes e pelo Senado dos Estados Unidos, sendo as atribuições de cada um descritas pelo Artigo 1 da Constituição Americana. Ambas as instâncias do Congresso têm o poder de elaborar projetos de lei sobre quaisquer matérias e os projetos aprovados em ambas as casas adentram o ordenamento jurídico norte-americano. O Senado possui 20 comissões, que são presididas pelo partido majoritário. A função desses órgãos, entre outras, é de investigar profundamente os projetos de lei apresentados na casa.

O Senado tem como princípio a autonomia atrelada à igualdade dos estados membros. É uma Casa composta por 100 parlamentares que representam os estados, enquanto estes são representados por 2 senadores. Os senadores podem exercer o cargo por seis anos e a renovação de 1/3 da composição dos membros ocorre a cada dois anos. A presidência do Senado é garantida ao vice-presidente dos Estados Unidos, que possui poder de voto em situações excepcionais de empate. Há a obrigatoriedade da nomeação de um presidente pro tempore: um senador que assume a presidência da Casa nos momentos de ausência do vice-presidente do país. Entre as atribuições exclusivas do Senado, destaca-se: exclusividade para julgar crimes de responsabilidade (*impeachment*) e nomeação, mediante aprovação no Senado, de embaixadores, cônsules e juízes do Supremo Tribunal. Entre as atribuições compartilhadas com a Câmara, há destaque para a possibilidade de superação dos vetos presidenciais.

O panorama político americano, em dois anos de governo Trump, tem influência no Senado. Donald Trump foi eleito em meio a um contexto de descontentamento da população com a política, muito em decorrência da crise de 2008. O presidente eleito visto como um outsider com discursos populistas e nacionalistas conseguiu vencer Hillary Clinton nas eleições presidenciais com 304 votos. As eleições presidenciais são compostas por dois momentos: primárias/*caucuses* e votação no colégio eleitoral. Donald Trump conquistou os delegados dos colégios eleitorais de estados que tradicionalmente votam no Partido



Democrata, além de eleitores insatisfeitos com o desemprego, religiosos e trabalhadores pobres. A onda conservadora assegurou maioria republicana no Congresso Nacional e nos governos estaduais. Apesar disso, sua aprovação em dois anos de governo não ultrapassa 45%. Esse cenário coloca uma das principais democracias do mundo contemporâneo em situação análoga a uma crise de legitimidade, que mobiliza protestos físicos e mobilizações virtuais da oposição, além de mobilizações políticas e jurídicas contra as propostas trompistas.

O 115º Congresso (2017-2019), no que tange o Senado, tem 51 cadeiras ocupadas pelo Partido Republicano, 47 do Partido Democrata e 2 representações independentes. O perfil médio dos senadores é a de 61,8 anos, 90.7% cristãos, totalidade graduada no ensino superior, e grande maioria com atuação em outros cargos públicos, no ramo do direito e no setor empresarial. Das 100 cadeiras existentes, 23 são ocupadas por mulheres (17 democratas e 6 republicanas), 3 por afro-americanos (2 democratas e 1 republicano) e 5 latino-americanos (2 democratas e 3 republicanos).

No que diz respeito aos tópicos a serem tratados no comitê, sobre o armamento civil há duas leis que tramitam no Senado leis que atualmente tramitam no Senado: a “*Fix NICS Act de 2017*” e a “*STOP School Violence Act of 2018*”, em que a primeira se relaciona com a verificação de antecedentes e segunda, com aumento da segurança escolar. Apesar de terem apoio mínimo para a votação, da população e do presidente, os projetos não são votados devido atuação do líder republicano. Com relação à migração, quatro projetos foram encaminhados para a votação, mas nenhum alcançou os 60 votos necessários. Ainda, a nomeação de Brett Kavanaugh polariza os dois partidos. A grande complexidade dos tópicos e seu grande impacto na vida dos americanos fazem com que o papel dos congressistas seja de fato delicado, tendo em vista que muitos dos senadores estão concorrendo para a reeleição em 2019.

#### Tópico A: Controle sobre o Armamento Civil

A Segunda Emenda da Constituição dos Estados Unidos, promulgada em 1791, estabelece que “sendo necessária à segurança de um Estado livre a existência de uma milícia bem organizada, o direito do povo de possuir e portar armas não

poderá ser impedido”. Elaborada num contexto pós-independência em que temia-se que o governo central recém-formado atuasse de forma opressiva contra a soberania dos estados, ela visava garantir o direito das populações locais de se defenderem. O impacto deste documento sobre o direito da sociedade civil de possuir e portar armas é ainda extensamente debatido, todavia, e é fonte de interpretações diversas no atual panorama jurídico-legislativo.

A Suprema Corte já deliberou sobre disputas relativas à emenda diversas vezes, cada qual alterando precedentes sobre a sua interpretação de alguma forma. Exemplificadamente, em *Estados Unidos v. Miller*, de 1939, a Corte concluiu que a Segunda Emenda não garante o direito dos cidadãos de possuírem e portarem espingardas. O entendimento foi de que a Segunda Emenda deve ser interpretada como sendo relativa ao direito coletivo de formar milícias, ao invés de um direito individual de portar armas. Todavia, tal interpretação foi desafiada em *Distrito de Colúmbia v. Heller*, bem como em *McDonald v. Chicago* de 2010. Nestes, a Corte proibiu as legislações estaduais de banirem revólveres, a partir de uma interpretação da Segunda Emenda como um direito individual. Dessa forma, os precedentes legais podem vir a alterar os rumos do debate legislativo referente ao assunto no Congresso, dependendo da forma como futuros presidentes e senadores levem-nos em conta

Um dos principais documentos que são parte da legislação vigente sobre o armamento civil é a Lei de Controle de Armas de 1968. Emendada diversas vezes, ela proíbe doentes mentais e criminosos condenados de terem acesso a armas. O debate sobre o assunto no atual Congresso dos Estados Unidos sofre pressão de organizações de *lobbying*, vítimas de tiroteios em massa e grupos conservadores de donos e colecionadores de armas. As principais polêmicas giram em torno da expansão de checagens de antecedentes criminais antes de compras de armas; garantir a segurança nas escolas, as quais são constantemente palco de tragédias envolvendo a violência armada; o banimento a armas de assalto e o fechamento de brechas legislativas.

Tópico B: A crise migratória nos Estados Unidos

O direito de abandonar e regressar ao país de origem ou aquele em que se encontra, assim como o direito de circular livremente é reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu Artigo 13º, atrelando diretamente a migração aos direitos humanos. Entretanto, apesar de ser considerado um documento de suma importância, a Declaração não é vinculante aos países signatários. Outros documentos de natureza jurídica diversa, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966, elencam garantias aos migrantes legais e o direito de locomoção que obrigatoriamente devem ser respeitadas pelos Estados que o ratificaram. Os Estados Unidos está entre os signatários do Pacto de 1966, todavia, o país ainda não ratificou o tratado<sup>1</sup>.

Apesar do resguardo pelo direito internacional, a imigração ainda é uma temática conflituosa já que reflete pontos não só sobre os direitos humanos, mas também sobre a soberania dos Estados. As políticas migratórias estabelecidas pelo Governo Trump ilustra esse conflito ao adotar ações notavelmente restritivas, sendo criticadas por ultrapassarem os valores defendidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos para resguardar a soberania e a segurança do território. Entre as medidas tomadas por Trump estão: determinação da construção de um muro na fronteira com o México; devolução forçada de famílias requerentes de asilo; aumento do número de agentes da lei nos setores de imigração; priorização da deportação dos imigrantes; cancelamento de verbas para determinadas “cidades santuário”; proibição da entrada de imigrantes oriundos de alguns países muçulmanos; e o fim do programa de proteção às crianças migrantes, Ação Diferida para os Chegados na Infância (ANISTIA INTERNACIONAL, 2018). Entretanto, algumas das ordens executivas emitidas pelo presidente foram invalidadas ou modificadas por outras instâncias do governo.

É necessário ressaltar que estado de desgaste aos direitos humanos não é exclusivo da administração atual, visto que há um histórico extenso da utilização de políticas restritivas à imigração, legal e ilegal, nos EUA desde o final do século XIX – como observado anteriormente. Todavia, as novas políticas adotadas pela administração Trump alarmaram a comunidade internacional, especialmente devido a divulgação da separação de cerca de 2.000 crianças de seus pais na

---

<sup>1</sup> De acordo com o informado pelo site do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2014).

fronteira sul do país a partir da adoção da política de “tolerância zero”. Diversas organizações, como o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos expressaram preocupação com a situação dos imigrantes e dos direitos humanos no país.

### Tópico C: Nomeação de Brett Kavanaugh para a Suprema Corte

A Suprema Corte dos Estados Unidos é o mais alto tribunal do país para qualquer controvérsia que surja a respeito da Constituição ou das leis estadunidenses (SUPREME COURT OF THE UNITED STATES, 2018). A Corte, composta por nove juízes, terá um de seus assentos renovados, já que, em junho de 2018, o juiz Anthony M. Kennedy anunciou sua aposentadoria. Para ocupar a nova vaga, o presidente Donald Trump indicou o juiz Brett Kavanaugh, conhecido por ser um juiz de cunho conservador. A escolha de Trump foi apontada como um desequilíbrio para o espectro conservadorista da Suprema Corte, uma vez que o juiz Kennedy, apesar de fazer parte da maioria conservadora da Corte, foi um dos votos decisivos (*swing votes*) em questões como casamento LGBT e direito ao aborto (REILLY, 2018).

Brett Kavanaugh é católico, filiado ao Partido Republicano e um dos pontos mais relevantes de sua carreira foi o envolvimento no processo de Impeachment do ex presidente Bill Clinton e sua integração na equipe legal do presidente George W. Bush. Ademais, o jurista indicado ao cargo vitalício da Suprema Corte fez cerca de seis mil dólares em contribuições para candidatos políticos, sendo um dos beneficiários do Partido Republicano (LIPTAK, 2018). Cabe, portanto, ao Senado dos Estados Unidos realizar uma sabatina acerca da vida pessoal, profissional e política do juiz indicado, a fim de aprovar ou refutar a nomeação de Trump para o novo posto na Suprema Corte.

#### 6.1.3. Suprema Corte do Estados Unidos da América (SCOTUS)

##### Suprema Corte dos Estados Unidos da América: Noções introdutórias

Com quase 230 anos de Legado, a Suprema Corte é a maior instância do Poder Judiciário estadunidense, de forma que cabe a ela julgar casos específicos de sua competência originária, recursos contra decisões de tribunais inferiores e

realizar o controle de constitucionalidade. A instituição é composta por nove Juízes - um Presidente e outros oito chamados Juízes Associados, tal composição é função do Presidente, a quem compete indicar um juiz a cada vacância (quando o cargo público perde seu ocupante).

### Sistema Jurídico Estadunidense: Common Law

O sistema da Common Law vivenciado pelo sistema jurídico norte-americano, em especial a Suprema Corte, é proveniente de pilares como o costume, a jurisdição, a razão e as próprias leis. Esse equiparato misto prescinde do entendimento dos precedentes como cargo de chefia da resolução dos casos, a partir do adotar-se a decisão judicial como paradigma. Cabe destacar, que como vinculante é tomada apenas a *ratio decidendi*, ou seja, as razões para decidir precedentes nas determinadas sentenças e acórdãos. Contraposto ao sistema Civil Law, baseado primordialmente na construção normativa e legalista, o direito americano constitui um “sistema aberto”, visto que é em si construção constante, por meio da atividade dialética dos tribunais. Ainda assim, trata-se de mero engano acreditar na profunda pureza e separação de ambos os sistemas, visto que movimentos de convergência entre as tradições jurídicas tem se intensificado devido a circulação de soluções e propostas, no contexto da globalização.

### Organização interna do Judiciário

O Poder Judiciário adota uma divisão acerca das instâncias e áreas de atuação das cortes estadunidenses, que são separadas entre a Justiça Federal (*Federal Courts*) e a Justiça Estadual (*State Courts*). Os Tribunais do Júri também são acolhidos pela Constituição, julgando na seara penal os crimes mais graves (*felonies*), e na cível os danos patrimoniais, perda de propriedade e os danos causados por culpa ou dolo.

No que concerne à Justiça Federal, os tribunais são dispostos de forma hierárquica, iniciando-se pela sua base, com as Cortes Distritais (*Trial Courts* ou *District Courts*). Estas são responsáveis pela apuração dos fatos, aplicando os princípios legais e as leis para uma decisão justa.

De forma típica, a Justiça Estatal é repartida entre três ou quatro Cortes. A primeira instância dessa subdivisão é conhecida como Corte de Jurisdição Limitada (*Courts of limited jurisdiction* ou *Trial Courts*), que abarca apenas alguns casos, como os que concernem a probatórios e casos penais com um menor potencial ofensivo, funcionando como Cortes Municipais e Cortes de Pequenas Causas. A seguinte é a Corte de Jurisdição Geral, a qual trabalha com grande maioria dos casos, exceto aqueles destinados às Cortes de Jurisdição Limitada. Subsequente vem as Cortes de Apelação Intermediárias, possuindo um enfoque na análise de apelações sob a égide da correta aplicação do procedimento e da legislação. A última instância é a Corte de Último Recurso, ou Suprema Corte Estatal, que possui um escopo semelhante à anterior, que é o de verificar, sob o mesmo fito, decisões de instâncias inferiores.

## A SUPREMA CORTE

Neste tópico serão abordados os seguintes temas: (1) Recebimento e Julgamento de Casos; (2) Revisão Judicial na Suprema Corte; (3) Sistema de Precedentes; (4) Métodos e Teorias para interpretação constitucional; e (5) Relações com o Público: a mídia na Suprema Corte.

Em 1 prioriza-se a função da Suprema Corte, a qual interpreta e decide questões com base na lei federal e na Constituição estadunidense, como fixado pelo artigo III, §2 da carta constitucional. Em 2, entende-se que a revisão Judicial é o poder do Judiciário declarar um ato do Legislativo ou Executivo como atentatório à Constituição e, conseqüentemente, retirar sua validade. Em 3, compreende-se o sistema de precedentes norte-americano como normas gerais aduzidas de princípios ou regras estabelecidas com base em um caso concreto. Essas regras e princípios possuem aplicação geral, desde que observem os requisitos pressupostos, compostos pela necessidade de uma adequação fatural entre o caso em voga e os fundamentos do precedente. Em seguida, na quarta parte, torna-se claro que a atividade jurisdicional da Suprema Corte envolve a adoção de um ou uns métodos interpretativos, aos quais é usual que juízes filiem-se abertamente na fundamentação de seus votos. Essa chave interpretativa irá compor a Hermenêutica Jurídica, de forma a responder satisfatoriamente quais são os

objetos da interpretação, qual a relação entre o objeto eleito e elementos a ele externos, qual a relação a ser estabelecida entre sujeito e o objeto e outros. Por fim, cabe a 5 esclarecer a postura da corte perante a mídia. As sessões só podem ser assistidas pessoalmente e ainda assim a declaração dos votos e sua discussão é feita de forma completamente secreta e sem intervenção externa. Como alternativa ao não televisionamento, foi consagrado o modelo de divulgação via áudios pelo site da própria Corte

## ANÁLISE DOS CASOS

### Caso 1. Caso Peña-Rodriguez v. Colorado (2016)

Miguel Angel Peña-Rodriguez foi acusado por tentativa de agressão sexual, por contato sexual ilegal, além de arcar com duas acusações de assédio, devido ao estupro de duas jovens irmãs, no ano de 2007. Em julgamento, um amigo de Peña-Rodriguez, de origem hispânica, assim como o acusado, forneceu a informação de que ambos estariam juntos no momento do crime, o que configura um alibi. Mesmo com os pontos alegados pela defesa, houve a condenação de Peña-Rodriguez pelo júri. Após o fim da deliberação, os jurados M.M. e L.T. procuraram o advogado de defesa a fim de fornecer declarações sobre a postura tendenciosa do jurado H.C., o qual havia demonstrado posicionamentos racistas no decorrer da liberação.

A defesa de Peña-Rodriguez apresentou recurso, alegando que o júri fora influenciado por preconceito racial. Como evidência requereram o testemunho dos jurados M.M e L.T.. O pedido foi indeferido, e o caso decidido contra Peña-Rodriguez, sob fundamento de que a aplicação da Regra de Evidência 606(b) do Estado do Colorado (*No Impeachment Rule* ou Regra de Não Impeachment) vedava a aceitação de testemunhos de jurados sobre fatos ocorridos durante as deliberações do júri. Em recurso, o caso atinge a Suprema Corte do Colorado, a qual não reconheceu a questão como motivo de exclusão da norma 606(b) para cumprimento da 6ª Emenda. Por fim, atinge-se a instância máxima do direito norte-americano: a Suprema Corte.

### Caso. 2. Caso Medellin v. Texas (2008)

O mexicano José Ernesto Medellín foi condenado à morte pelo Tribunal Distrital do Condado de Harris em Houston, Texas, pelo assassinato, sequestro e estupro de duas menores. Entretanto, na época de sua prisão, os policiais americanos não informaram a Medellín de seu direito de entrar em contato com o consulado de seu país, de acordo com a Convenção de Viena de 1963 sobre Relações Consulares, entretanto, tal argumento só foi apresentada muito tarde, e, portanto, não foi aceito em suas tentativas de recursos. Enquanto o condenado aguardava respostas de mais uma apelação ao Tribunal Federal de Apelações do Quinto Circuito sob o argumento anterior exposto, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) emitiu seu parecer quanto ao julgamento do caso Avena, em que se determinou que os Estados Unidos haviam violado o artigo 36 da Convenção de Viena sobre Relações Consulares ao deixarem de notificar à 52 (sendo Medellín um dos) mexicanos seu direito de entrar em contato com seu consulado, além de não ter notificado México da detenção de seus nacionais. Dessa maneira, Medellín, depois da segunda petition for certiorari (petição para revisão do caso) ao Supremo Tribunal de Justiça dos Estados Unidos, teve seu caso admitido, com um novo agravante a problemática - o presidente George W. Bush havia emitido um memorando em que estabeleceu que a decisão da Avena era vinculativa para os tribunais estaduais. Portanto são trabalhadas questões que giram em torno de se saber se o Presidente Bush tinha autoridade para exigir que os estados obedecessem à decisão da Corte Internacional, a fim de satisfazer as obrigações do tratado dos Estados Unidos; e se os tribunais estaduais deviam obedecer à decisão da Corte Mundial no caso dos mexicanos.

### Caso 3. Caso Confeitaria Masterpiece v. Comissão de Direitos Civis do Colorado (2017)

O Caso da Confeitaria Masterpiece Cakeshop trata-se de um conflito ocorrido em 2012 no Estado do Colorado, que apresenta sua gênese na recusa do proprietário cristão dessa, Jack Phillips, de confeitar um bolo para a celebração de casamento de David Mullins e Charlie Craig, por razões de sua orientação religiosa. Dada a recusa do proprietário da Confeitaria, o casal homoafetivo registrou denúncia junto à Comissão de Direitos Civis do Colorado, alegando



violação às leis antidiscriminatórias daquele Estado, que protegem sua orientação sexual. Tal comissão decidiu contra o confeitiro Jack Phillips, declarando que ele cometeu ato discriminatório baseado na orientação sexual do casal. O Tribunal de Apelações do Colorado também apresentou posição igual à Comissão. Assim, no dia 26 de julho de 2017, após aceita a *petition for certiorari* pela parte de Jack Philips o caso foi admitido pela Suprema Corte dos Estados Unidos para revisão. Dessa maneira, dois direitos fundamentais entram em disputa no caso: o direito à liberdade religiosa e o da igualdade, ambos particularmente importantes para os americanos, dada sua cultura marcada por fortes traços liberais. E, portanto, para a análise do caso, se disserta acerca das competências da Comissão de Direitos Civis do Colorado e seus argumentos a favor de David Mullins e Charlie Craig, a Primeira Emenda Constitucional que prevê a liberdade de culto, e para além questões de liberdade de expressão.

## 6.2. Comitês Internacionais

### 6.2.1. *Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC)*

-Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC)

-Tópico A: *Desdobramentos do Tratado da Parceria Trans-pacífico (TPP)*

-Tópico B: *Acordos de Livre Comércio e Comércio Regional: Estratégias para o Desenvolvimento*

#### A Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC):

A Cooperação Econômica Ásia-Pacífico é um fórum econômico regional estabelecido em 1989 para fomentar a crescente interdependência da região Ásia-Pacífico. Atualmente a APEC possui 21 países-membros<sup>2</sup> que, por meio do diálogo visam promover o crescimento equilibrado, sustentável, inclusivo, e acelerar a integração econômica regional (APEC, 2018).

O fórum opera em vários níveis: Líderes, Ministros, Altos Funcionários, comitês e grupos de trabalho, em que estes dois últimos fornecem recomendações

---

<sup>2</sup> Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, Filipinas, Hong Kong, Indonésia, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, Rússia, Singapura, Taiwan, Tailândia e Vietnã

de políticas estratégicas para os demais, em uma estrutura baseada na abordagem “*bottom-up*” e “*top-down*”<sup>3</sup>. A presidência é alternada anualmente e a economia membro que preside a organização hospeda as Reuniões Ministeriais e de Líderes (APEC, 2018).

A Reunião dos Líderes Econômicos (AELM) ocorre anualmente e é responsável por definir a agenda das políticas para a APEC. Possui como resultado a Declaração de Líderes que apresenta as direções futuras de desenvolvimento para os próximos anos. As conferências anuais dos Chefes de Estado e de Governo das 21 economias que participam da APEC são um elemento estratégico para a cooperação regional e permitem um diálogo flexível entre os Líderes, além de reuniões bilaterais (APEC, 2018).

Papua Nova Guiné detém a presidência da APEC para 2018, de modo que o próximo Encontro de Líderes Econômicos será realizado em Port Moresby, entre os dias 17 e 18 de novembro de 2018. Sob o tema “Aproveitar as oportunidades inclusivas, abraçando o futuro digital”, as três áreas prioritárias de Papua Nova Guiné são: (i) melhorar a conectividade, aprofundar a integração econômica regional; (ii) promover o crescimento sustentável e inclusivo; e (iii) fortalecer o crescimento inclusivo por meio de reformas estruturais. (CHILE, 2012; SINGAPURA, 2018).

Tópicos:

Tópico A: *Desdobramentos do Tratado da Parceria Transpácífica*

O ptem como objetivo debater sobre o compromisso dos países para com a integração regional e o livre-comércio num mundo em transformação e de crescentes tendências protecionistas. A partir de 2008, devido a iniciativa dos Estados Unidos, que possuía interesse em criar uma zona de livre comércio na região da Ásia e do Pacífico, outros países banhados pelo Pacífico demonstraram interesse em participar.

---

<sup>3</sup> O Modelo *Top-Down* tem como ponto de partida a asserção de que a implementação de uma política se inicia com uma decisão central, a qual define os objetivos determinados pelas lideranças e os meios a serem mobilizados a fim de produzir os resultados pretendidos. No Modelo *Bottom-Up*, os diversos atores distribuídos na base é que formatariam a política, por meio de negociações de redes de atores de uma área temática, que é encaminhada para os patamares mais centrais e mais altos na estrutura.

Após anos de negociações, um acordo foi firmado em 5 de outubro de 2015, o Acordo de Parceria Transpacífica (TPP), reunindo ao todo 12 países membros (Japão, Brunei, Malásia, Cingapura, Vietnã, Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos, Canadá, México, Peru e Chile), 40% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e cerca de 790 milhões de habitantes (CASTRO, 2017). Entre os principais objetivos desse acordo estão o aumento da integração econômica entre os membros, o estímulo a investimentos entre os países do acordo, fortalecimento de políticas ambientais comuns, padronização das leis trabalhistas dos países membros, entre outros, evidenciando seu compromisso com os novos temas e reforçando a ideia de mega-acordo regional.

O TPP se apresentou desde o início como um acordo promissor, uma vez que os Estados Unidos apresentaram interesse em aderir ao acordo em uma reunião da APEC em 2009, atraindo a atenção de outras grandes economias em desenvolvimento. O TPP foi considerado pela Administração de Barack Obama (2009-2016) como a medida mais poderosa para fundir as economias asiáticas do Pacífico e um mecanismo para conectar os Estados Unidos às regiões que mais crescem no mundo (CHEONG, 2013). Além disso, facilitaria o comércio e o investimento americano no Sudeste Asiático, promovendo os interesses dos Estados Unidos em questões como direitos de propriedade intelectual, trabalho e meio ambiente (CARNEIRO, 2015).

Ao integrar o TPP, portanto, os Estados Unidos não apenas instrumentalizam a oportunidade de aumentar sua influência na região, como impediram o avanço da influência chinesa. Entretanto, com a nova gestão do governo de Donald Trump, iniciado em 2017, os Estados Unidos se retiraram do tratado. A situação que se manifesta diante de tal fato ignora os esforços da gestão anterior em assegurar a estratégia comercial voltada para a região do Sudeste Asiático, alegando que a medida foi tomada para evitar que um suposto enfraquecimento dos Estados Unidos seja levado à frente, provocado pela redução das barreiras comerciais ao redor do mundo (CASTRO, 2017). Além disso, a saída estadunidense do TPP apresenta uma possibilidade de aumento da influência da

China na região e um fortalecimento da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP).<sup>4</sup>

O tópico B: *Acordos de Livre Comércio e Comércio Regional: Estratégias para o Desenvolvimento* visa discutir quais serão os melhores caminhos a serem seguidos pelos países membros para criação de novas iniciativas para o avanço da integração econômica regional e também delimitar a atuação de países desenvolvidos, com objetivo de fortalecer as economias regionais em estágio de desenvolvimento. Dentre esses caminhos necessários, se destacam alguns que guiarão as discussões: a propriedade intelectual e as disputas entre os países membros da APEC; a valorização da cadeia de suprimentos global na região do pacífico; e o desenvolvimento sustentável. Considerando a necessidade de discussões na agenda da APEC que abordam as dificuldades de fomentar o livre comércio, o fórum se reunirá para traçar metas para uma maior inclusão dos Estados-membros frente a esse objetivo.

#### Da comunicação com o comitê de imprensa

A Mesa Diretora considera essencial a presença dos delegados do comitê de imprensa durante as sessões da APEC. Todavia, respeitar-se-á a não presença da imprensa no debate formal-formal. A imprensa é necessária a fim de informar, para demais interessados, o que está sendo debatido dentro do comitê, além do posicionamento dos Estados. Ademais, a imprensa pode auxiliar na elaboração e divulgação de uma possível crise. Espera-se, nesse sentido, uma cooperação mútua entre ambos os comitês.

Para o comitê em específico, no que tange a promoção e realização de crise e intervenções, a imprensa seria necessária para a edição de um curto vídeo, no estilo do “Plantão da Globo”, simulando um protesto pela saída dos Estados Unidos do Acordo Transpacífico e também pelo livre comércio. Para elaboração deste, seria necessário, além do suporte do comitê de imprensa, o auxílio dos voluntários e dos

---

<sup>4</sup> A Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), negociada em 2013, é um acordo de parceria multilateral para o livre comércio, que tem como países signatários, os membros da ASEAN e Austrália, China, Coreia do Sul, Índia, Japão e Nova Zelândia. O objetivo principal deste é alcançar o desenvolvimento por meio de um acordo que beneficie economicamente todas as nações envolvidas (ASEAN, 2013).

secretários acadêmicos, a fim de compor uma mínima quantidade de pessoas. Os Diretores terão as “falas” e os “cartazes” de protesto prontos de antemão. A filmagem poderia acontecer antes do evento ou durante o evento, em momento oportuno.

### 6.2.2. *United Nations Security Council (UNSC)*

- United Nations Security Council - 2011
- Topic A: *Emergency Meeting – Elimination of Osama Bin Laden*
- Topic B: *Threats to international peace and security caused by terrorist acts*

The United Nations Security Council:

The United Nations Security Council was founded in October of 1945. Under the Charter of the United Nations, the Council has the “primary responsibility for the maintenance of international peace and security”. It is one of the most important organisms of the international community as a whole, and the only organism in the United Nations detaining the power to establish obligatory measures, besides recommendations, for the member-countries if decided necessary, as stated in the Charter (UNITED NATIONS, 2018).

As from its structure and power, any Member-State has the possibility to present to the Council a situation that it considers as a threat to international peace and security. If the Council recognizes the situation as an important menace or a danger, then it shall decide the most appropriate action or recommendation. The Council may also create and sustain subsidiary organisms, under the purpose of boosting efficiency to maintain peace and security, guided by the article 29 of the UN Charter (UNITED NATIONS, 1945).

The Security Council is composed by 15 members; five of them are the Permanent Members, known as the P-5: French Republic, People’s Republic of China, Russian Federation, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and United States of America. The other 10 members are elected for two-year terms by the General Assembly adopting the geographical criteria, guaranteeing a democratic form of representation for all regions of the globe. Each delegation has one vote, however, only the permanent members have the power of veto, meaning that all resolutions made by the Council should be approved by all the Permanent Members.

There is the possibility of other Member-States that are not currently part of the Security Council to participate during some specific meetings as observers, depending on their relation with the topic under discussion. However, if a nation is present at a Security Council meeting as an observer, it does not have the prerogative to vote on deliberations (UNITED NATIONS, 1945).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Information available at: < <http://www.un.org/en/sections/about-un/main-organs/> >

## Topics

### *Topic A: Emergency Meeting – Elimination of Osama Bin Laden:*

On May of 2011, the Security Council was summoned for an emergency meeting regarding the controversial death of one of the most wanted men in the world, known as the public face behind the 9/11 attack, founder and leader of the terrorist group Al Qaeda, Osama Bin Laden.

### *Topic B: Threats to international peace and security caused by terrorist acts:*

The elimination of such an important figure of terrorism, which fought against Western potencies for the creation of a true Islamic state ruled by Sharia, can only bring out the discussion of its repercussions on the other similar terrorist organizations and the future actions that they may take. In face of that, the Security Council shall deliberate the issue regarding previous sanctions on the topic and develop new actions to prevent any backlash orchestrated by those who promote terror.

## Contextualization of the topics

In 2011, the world received one of the most shocking news of the 21st century. During the night of the 2nd day of May, Osama bin Laden was finally found and executed by the United States army in Abbottabad, northeastern Pakistan, after a long investigation that lasted several years, especially after the 9/11. An emergency meeting of the United Nations Security Council was requested to discuss the possible outcomes of Bin Laden's death and what it would represent for the global fight against terrorism (PANZERI JR., 2011).

Concerning the second topic, The Council must think ahead of the response that Al-Qaeda and others terrorists organizations could have regarding the elimination of one of its greatest leaders. In addition, it is necessary to revise and analyze some of the Council's measures and resolutions looking to increase its effectiveness towards its goal to eliminate the terrorist menace over the world.

Once most of the terrorist organizations relevant to the debate here proposed were originated in the Middle East and North Africa uses the region as its main base of operation and recruitment, is also important for the Council to take into account the strategic relevance of Middle-Eastern geopolitics when discussing and designing international action on the issue. In doing so, it is also necessary to consider the sovereignty and risk for the socioeconomic development of the States involved when thinking new measures, considering and acknowledging criticisms regarding sanctions previously adopted (BENJAMIN; SIMON, 2000).

The Middle East, region constituted geographically by a territory connecting Asia, Europe and Africa, holds a population of more than 370 million people (IEA

STATISTICS, 2011), distributed in a territory that contemplates 16 States: Bahrain, Egypt, Iran, Iraq, Israel, Jordan, Kuwait, Lebanon, Oman, Palestine, Qatar, Saudi Arabia, Syria, Turkey, United Arab Emirates and Yemen. These Nations were put together in this category because of its cultural, ethical and religious similarities, but they present a wide range of diversity in geography, natural resources, political system, gender equality, economic growth, economic matrix. Those similarities established the region known for being a center of several disputes through humankind history, being politics and religion the common reason among these conflicts (CLEVELAND & BUNTON, 2008).

The Middle East as from 2011, disposing in a generalist form, suffers from malnutrition, school dropouts, scarcity of food and water, poverty, economic instability, population inflation of urban centers and fall in Gross Domestic Product (GDP) alongside and as a result of decade-long dictatorships, institutional corruption and socioeconomic inequality that had built a longstanding dissatisfaction and unrest in the population. This structural situation led to the outbreak of a series of popular manifestations urging changes in the political and social patterns that led to the poor quality of life among the region (LESCH, [2011]).

This situation makes the political, economic and religious scenario of the Middle East even more complicated and difficult to establish measures and sanctions that at the same time are effective, but also do not place their population in an even more delicate situation. Another point to take into account is the wider probability of action by terrorist organizations in the midst of this chaotic scenario.

### The concept of terrorism

Apart from different perceptions on the definition of terrorism that were common among scholars since the decade of 1970, after the attacks on the World Trade Center, in 2001, it became clear that it was necessary a definition that would approach and officialize what does terrorism mean to the international community. In 2004, the United Nations Secretary-General's High-level Panel Report defined terrorism, in an official matter, as:

"Any action (...) that is intended to cause death or serious bodily harm to civilians or noncombatants, when the purpose of such act, by its nature or context is to intimidate a population, or to compel a Government or an international organization to do or abstain from doing any act." (UNITED NATIONS, 2004) or (ANNAN, 2004)

The United Nations went further from only creating a general definition of terrorism by taking some actions to prevent the recurrence of such actions of aggression, as the creation of the Counter-Terrorism Committee, a subsidiary body of the Security Council of the United Nations, which was appointed to deal specifically with terrorism-related issues, analyze it, and present as a report to the Council (UNITED NATIONS, 2004).

#### The relation of the Committee with the Media

Exceptioning the Formal Debate during the First Session and the voting on Draft Resolutions, all Security Council meetings are presumably closed. Closed sessions are secret and information on the progress of the committee is entrusted to the discretion of the delegations, unless the Council agrees otherwise, any media coverage is allowed. (RULES OF PROCEDURE, TEMAS4MUN?, 2019)

No formal record is kept or made public from those closed sessions, making secret negotiations easier to be made. When a resolution is up for voting, it was already been discussed, changed and amended in those closed sessions. Most of the times, Security Council's open meetings are a public ratification of decisions that were been accorded in private. (REID, 1999)



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

\_\_\_\_\_. Glossary. 2018. Disponível em: <<https://www.apec.org/Glossary>>. Acesso em: 25 out. 2018.

AGÊNCIA DE REFUGIADOS DA ONU. UNHCR urges family unity at southern US border. Agência de Refugiados da ONU, 18 de Junho de 2018. Disponível em: < <https://www.unhcr.org/en-us/news/press/2018/6/5b27fea84/unhcr-urges-family-unity-southern-border.html>>. Acesso em 11 de Janeiro de 2019.

ALTO COMISSÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS. Status Of Ratification: United States. 2014. Disponível em: <<http://indicators.ohchr.org/>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

ANISTIA INTERNACIONAL, 2018. Informe 2017/18: O estado dos Direitos Humanos no mundo. Anistia Internacional, 2018. 254p.

ASIA-PACIFIC ECONOMIC COOPERATION (APEC). About APEC. 2018. Disponível em: <<https://www.apec.org/About-Us/About-APEC>>. Acesso em: 25 out. 2018.

BARSOTTI, Adriana. Transformações contemporâneas nas práticas jornalísticas: o jornalista on-line como mobilizador de audiência. 2012. 272 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Centro de Ciências Sociais, PUC-RJ, Rio de Janeiro. Disponível em: <[www2.dbd.pucRio.br/pergamum/tesesabertas/1011928\\_2012\\_cap\\_3.pdf](http://www2.dbd.pucRio.br/pergamum/tesesabertas/1011928_2012_cap_3.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BBC, Neil Report Recommends How to Strengthen BBC Journalism, 2004. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/pressoffice/pressreleases/stories/2004/06\\_june/23/neil.shtml](http://www.bbc.co.uk/pressoffice/pressreleases/stories/2004/06_june/23/neil.shtml)> Acesso em 12 março 2019

BBC. Trump's campaign promises - has he delivered on them? BBC, 24 de Dezembro de 2018. Disponível em: < <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-37982000>>. Acesso em: 11 de Janeiro de 2019.

BENJAMIN, Daniel; SIMON, Steven. The New Face of Terrorism. The New York Times, January 4, 2000.

BUCCO, Rafael. Menos da metade da população mundial tem acesso à internet. 2016. Disponível em: <<http://www.telesintese.com.br/menos-da-metade-da-populacao-mundial-tem-acesso-internet/>>. Acesso em 12 jan. 2019.

CABE, Delia; LUNDBERG, Kirsten, Covert Activity: the Washington Post, Edward Snowden and the National Security Agency, 2014. Disponível em: <<http://ccnmtl.columbia.edu/projects/caseconsortium/casestudies/147/casestudy/files/global/147/WaPost%20Snowden%20final%20102314.pdf>> Acesso em 21 março 2019.

CARNEIRO, F. L. Parceria Trans-pacífico: Um Acordo Megarregional na Fronteira Da Regulação do Comércio Internacional? 2015. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4643/1/td\\_2108.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4643/1/td_2108.pdf)>. Acesso em: 04 jan. 2019.

CASTRO, J. R. O que é a Parceria Transpacífico e qual o peso da saída dos EUA. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/23/O-que-%C3%A9-a-Parceria-Transpac%C3%ADfico-e-qual-o-peso-da-sa%C3%ADda-dos-EUA>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

CHEONG, I. Negotiations for the Trans-Pacific Partnership Agreement: Evaluation and Implications for East Asian Regionalism. 2013. Disponível em: <<https://www.adb.org/sites/default/files/publication/156283/adbi-wp428.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

CHILE. Metas de Bogor. Disponível em: <<https://www.direcon.gob.cl/metlas-de-bogor/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

CLEVELAND & BUNTON. A History of the Modern Middle East. 2008.

CNN, CNN News Group, 2005. Disponível em: <[http://edition.cnn.com/services/opk/cnn25/cnn\\_newsgroup.htm](http://edition.cnn.com/services/opk/cnn25/cnn_newsgroup.htm)> Acesso em: 21 março 2019.

COMISSAO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. IACHR Expresses Concern over Recent Migration and Asylum Policies and Measures in the United States. Organization of American States, n. 130/18, 18 de Junho de 2018. Disponível em: <[http://www.oas.org/en/iachr/media\\_center/PReleases/2018/130.asp](http://www.oas.org/en/iachr/media_center/PReleases/2018/130.asp)>. Acesso em 11 de Janeiro de 2019.

CORASANITI, Nick. A Look at Trump's Immigration Plan, Then and Now. The New York Times, 31 de Agosto de 2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2016/08/31/us/politics/donald-trump-immigration-changes.html>>. Acesso em: 11 de Janeiro de 2019.

CORREA, Anelize Maximila & ANTUNES, Ruy Barbedo. Direitos Humanos e Migrações. Sociedade em Debate, v.11, n.1-2, Pelotas, Dezembro/2005.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, Fox News Channel, 2017. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Fox-News-Channel>> Acesso em 21 março 2019.

GRANT, Stefanie. Migrants' Human Rights: From the Margins to the Mainstream. Migration Policy Institute, 1 de março de 2005. Disponível em: <<https://www.migrationpolicy.org/article/migrants-human-rights-margins-mainstream>>. Acesso em: 9 de Janeiro de 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. The Deported. Human Rights Watch, 5 de Dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2017/12/05/deported/immigrants-uprooted-country-they-call-home#>>. Acesso em 11 de Janeiro de 2019.

IFJ. Ifj declaration of principles on the conduct of journalists. Disponível em: <<http://www.ifj.org/about-ifj/ifj-code-of-principles/>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

INTERNATIONAL JUSTICE RESOURCE CENTER. Ten Human Rights standards implicated by U.S. Immigration Policy Changes. International Justice Resource Center, 27 de Junho de 2018. Disponível em: <<https://ijrcenter.org/2018/06/27/ten-human-rights-standards-implicated-by-u-s-immigration-policy/>>. Acesso em: 11 de Janeiro de 2019.

LE MONDE DIPLOMATIQUE, O Efeito Al Jazeera, 2001. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/o-efeito-al-jazeera/>> Acesso em 12 março 2019

LESCH, Ann M. Egypt's Spring: Causes of the Revolution. Middle East Policy Council: Vol XVIII, n. 3. Available at: <https://www.mepc.org/egypts-spring-causes-revolution>. Access on: 28 February 2019.

MARCONDES FILHO, Ciro. A Saga dos cães perdidos. Comunicação e jornalismo. São Paulo: Hacker Editores, 2002. 176p.

MARTINE, George. A globalização inacabada migrações internacionais e pobreza no século 21. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 3, São Paulo, Julho/Setembro 2005.

MOHAMEDOU, Mohammad-Mahmoud Ould. Understanding Al-Qaeda: The Transformation of War. London: Pluto Press. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families. United Nations Human Rights, 1990. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/cmw.aspx>>. Acesso em: 9 de janeiro de 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. International Covenant on Civil and Political Rights. United Nations Human Rights, 1966. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/ccpr.aspx>>. Acesso em: 9 de janeiro de 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Universal Declaration of Human Rights. 1948 Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em: 8 de janeiro de 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA A IMIGRAÇÃO & CENTRO DE ANÁLISE DE DADOS DE MIGRAÇÃO GLOBAL. Global Migration Indicators 2018. Organização Internacional para a Imigração, 2018. 64p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA A IMIGRAÇÃO. Data Bulletin Series: Informing the Implementation of the Global Compact for Migration 2018. Organização Internacional para a Imigração, 2018. 89p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA A IMIGRAÇÃO. World Migration Report 2018. Organização Internacional Para A Imigração, 2017. 364p.

PANZERI JR, Peter F. Killing Bin Laden: Operation Neptune Spear. 2011

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. Estudos Avançados, v. 20, n. 57, 2006.

REID, Natalie. Informal Consultations. Global Policy Forum. 1999

SINGAPURA. APEC. 2017. Disponível em: <[https://www.mfa.gov.sg/content/mfa/international\\_organisation\\_initiatives/apec\\_printable.html](https://www.mfa.gov.sg/content/mfa/international_organisation_initiatives/apec_printable.html)>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SOARES, Teresa Labrunie Calmon. A proteção dos imigrantes em situação irregular à luz da jurisprudência dos tribunais regionais: Sistema Interamericano e europeu de proteção dos Direitos Humanos. Monografia para obtenção do Título de Bacharel em Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1 Semestre/2009. 89p.

SUPER INTERESSANTE, Cultura fenômeno mundial do jornalismo televisivo: al Jazeera. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/cultura/fenomeno-mundial-do-jornalismo-televisivo-al-jazeera/>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

TEMAS4MUN. Rules of Procedure. 2019

UNIAO INTERPARLAMENTAR. Migration, human rights and governance. Handbook for Parliamentarians, nº 24, 2015. 192p.

UNITED NATIONS, Charter of the United Nations, 24 October 1945, 1 UNTS XVI, available at: <http://www.un.org/en/charter-united-nations/>.

UNITED NATIONS, Report of the Secretary-General's High-level on Threats, Challenges and Change: A more secure world: Our responsibility, 2004, p. 52.

UNITED NATIONS. What Is The Security Council? . Access in: October 18, 2018. Available at : < <http://www.un.org/en/sc/about/> >